

## **Educação patrimonial e aprendizagens curriculares – a História**

Alfredo Tinoco

O mundo contemporâneo, pós-industrial aparece-nos marcado por dois fenómenos que aparentemente são antagónicos: por um lado, a globalização/mundialização cultural que transporta consigo o medo da uniformização; por outro lado, um interesse cada vez maior e um público cada vez mais vasto para o património local, regional, nacional e, naturalmente estrangeiro.

A própria noção de património é cada vez mais alargada (veja-se a este propósito o art.2º de Lei de Bases do Património, Lei nº107 de 8 de Setembro de 2001). Aí se refere como integrando o Património Cultural Português bens de interesse histórico, arqueológico e artístico, domínios que tradicionalmente integravam a noção de Património, mas igualmente, bens de interesse linguístico, documental, industrial, técnico, social, paleontológico, etnológico, etc.

Se inicialmente "Património" eram os *monumentos*, os *primores da arte*, as *antigualhas*, os *tesouros* monárquicos ou eclesiais, de há décadas a esta parte o conceito ganhou nova extensão. Estamos pois, num mundo em que tudo é património. Todos continuamente afirmamos o pan-patriomonalismo.

Ora, em boa verdade, muitos dos bens que nas últimas décadas acrescentámos ao conceito de património, são, ou poderiam ser, ou deveriam ser *bens culturais* e, só por metáfora, são património.

Com efeito, património é aquilo que se recebe do pai e que deve, porque merece, ser preservado e recordado para sempre.

A metáfora social do património integra, pois, um leque variado de bens físicos (móveis e imóveis) e imateriais que herdámos do passado (e da nossa contemporaneidade) e que queremos que permaneçam (ou não) no tecido cultural da nossa sociedade.

Este interesse novo e generalizado pelo património cultural e o reconhecimento da sua importância social, implicam aprendizagens, saberes e deveres de respeito pelo património bem como o dever de contribuir activamente para a sua protecção.

Houve necessidade de criar uma nova área do conhecimento com a definição conceptual que lhe cabe e uma metodologia própria.

## I - A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

As experiências neste domínio são recentes, reportando-se às últimas décadas do século passado. Entre nós há poucos anos que se vêm dando os primeiros passos. (Assinale-se, todavia, o pioneirismo do prof. J. Pais da Silva com o seu ensaio Pretérito Presente de 1975, publicado sem data, mas no início da década de 80, em que se preconiza justamente uma educação patrimonial para todos e centrada na Escola)

E então, neste contexto que se inscreve a acção de formação para professores do ensino básico e secundário promovida pelo Ecomuseu Municipal do Seixal conjuntamente com os Centros de Formação Rui Grácio e Gil Vicente designada: "Educação Patrimonial e Cidadania no Concelho do Seixal".

A Educação patrimonial é, evidentemente, um acto pedagógico e, como tal, compreende uma dimensão didáctica.

Conforme acentua Antonio Cioffi, estamos perante um caso de "educação no sentido mais amplo a começar pela capacidade de *e-ducare* - *tirar para fora* as potencialidades da vida civil, intelectual e moral de cada aluno com o estudo das matérias que é necessário aprender e aprofundar através de uma aproximação correcta ao conhecimento histórico"<sup>1</sup>. Sem tal conhecimento não é possível uma cognição correcta dos bens culturais que todos eles estão inseridos no contexto histórico. Há, pois, que apreender os contornos desse contexto para um entendimento adequado da importância do património cultural nas nossas vidas.

Todas estas razões levam a que a Educação Patrimonial, matéria aparentemente simples se torne, por vezes, numa questão complicada e intrincada, já que implica competências variadas que é necessário ajudar a desenvolver e a inter-relacionar.

Entra aqui a Escola. Entra aqui o professor como mediador. Mas a complexidade da Educação Patrimonial requer docentes motivados e preparados para essa exigência. Como acentua Cioffi, são urgentes cursos de formação, de actualização, de aperfeiçoamento na lógica de formação contínua.<sup>2</sup>

É neste contexto que surge o presente trabalho que procura aliar os conceitos e os métodos da Educação Patrimonial à construção de aprendizagens

---

<sup>1</sup> CIOFFI, Antonio, *Educazioni e Beni Culturali*, Nápoles, 2003, pág.9 (tradução dos autores)

<sup>2</sup> CIOFFI, A. Op. Cit; pág.29

de duas unidades curriculares da disciplina de História e Geografia de Portugal.<sup>3</sup>

Trata-se aqui de usar o(s) património(s) como fonte histórica para a construção do saber histórico; trata-se ainda, de aliar o forte impacto afectivo e emotivo do contacto directo com os Bens Culturais à curiosidade do saber, que é a origem e o motor da Investigação; trata-se, finalmente de educar para a importância dos bens culturais e dos cuidados a ter com eles. Neste sentido, a Educação Patrimonial é igualmente uma educação para os valores e para a cidadania. E porque tem esta dimensão de Educação Cívica é que deve começar pelos mais novos no respeito e na fruição do património que é pertença de todos. Esta etapa ajuda a valorizar os bens patrimoniais, a prevenir a degradação, a incúria e o abandono a que muitos bens culturais estão votados, tantas vezes por aqueles que são responsáveis pela sua protecção.

O papel do professor é o de ensinar a *saber ver* para poder *fruir* do bem cultural. Saber vê-lo e, se possível *apropriar-se* dele por aquilo que o bem é e representa e não porque se trata (mas nem sempre) de uma coisa bela ou antiga. A importância do património advém de ele ser um *testemunho* da cultura local à qual pertencemos e um *instrumento* para o conhecimento da civilização de que descendemos. Trata-se, finalmente, de criar cidadãos conscientes dos bens e dos recursos da sua própria terra e de permitir relacioná-los com os outros bens culturais do país e do mundo.

---

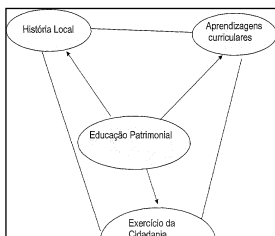
<sup>3</sup> Trata-se de dois subtemas do programa do 6ºano de H.G.P. 8- Portugal na segunda metade do séc. XIX e 9- Da 1ª República ao Estado Novo.

## II - METODOLOGIA

Como atrás deixámos expresso a Educação Patrimonial, a par de outro qualquer ramo do saber, desenvolveu a sua metodologia própria. No âmbito do presente trabalho e uma vez que se trata de aliar aprendizagens curriculares à Educação para os Bens Culturais, procurámos uma aliança entre as duas metodologias.

Trata-se então de usar os Bens Patrimoniais (os existentes no Núcleo Museológico e aqueles que estão implantados no território do concelho) a fim de educar para a identificação, a protecção a valorização e a apropriação do Património Cultural como "coisa" de todos. Neste sentido, a Educação Patrimonial é, antes de mais, um Educação para a Cidadania e é por que, como já afirmámos, deve começar pelos mais novos. Estas aprendizagens que privilegiam a experiência e o contacto directo com o(s) património(s) (documentais e construídos) são facilitadores e promotores de novas aprendizagens no domínio da História Local.

Parte-se da curiosidade dos jovens para transmitir-lhes o interesse e o amor pelos bens culturais e a relevância da História Local para a construção da identidade. Daí se parte para a ligação do local ao geral, relacionando e integrando os acontecimentos de âmbito local naqueles de alcance mais geral, ajudando assim, de forma diferente, à construção das aprendizagens curriculares requeridas pelas duas unidades do programa de História e Geografia de Portugal que escolhemos para este projecto.



Neste sentido, procurámos aliar a metodologia do ensino da História às metodologias e estratégias definidas para a Educação Patrimonial por António Cioffi<sup>4</sup> e pelas autoras do Guia Básico da Educação Patrimonial.<sup>5</sup>

Assim definimos uma primeira etapa de sensibilização para os Bens Culturais e a sua importância que pode ter lugar na sala de aula e se relaciona antes de mais com a Educação Cívica. Numa segunda etapa trata-se de transmitir o interesse pelo Património Cultural a partir observação. O contacto directo com os bens patrimoniais é indispensável para o seu conhecimento e o seu entendimento e para o reconhecimento da sua importância. Nesta fase trata-se de proceder à sua identificação e de promover o desenvolvimento da percepção.

A fase seguinte implica um aprofundamento da observação e proporciona os primeiros conhecimentos obtidos a partir do Património Cultural e sobre ele. É a fase do registo, segundo as autoras do "Guia Básico". É nesta etapa que se deve promover a contextualização histórica do bem cultural sem a qual a sua exploração não será correcta. Nesta etapa trata-se de proceder à

---

<sup>4</sup> CIOFFI, António- op.cit, pág. 30 e seguintes.

<sup>5</sup> Horta, M.L. e outras - Guia Básico da Educação Patrimonial. Págs. 10 e 11.

análise dos documentos e outros bens patrimoniais extraíndo deles a informação que podem fornecer como "fonte" do conhecimento histórico; de proceder ao julgamento crítico da informação recolhida e de interpretar os conhecimentos que essas fontes evocam relacionando-os com outros acontecimentos no país e/ou no estrangeiro.

Entramos finalmente na fase da apropriação que, simultaneamente, exige e proporciona um envolvimento directo do educando. Estamos agora prontos para interiorizar o património cultural, percebendo-o como "coisa" de todos e nossa também. Nesta etapa podemos construir o conhecimento que o bem cultural permite que a partir dele se crie e desenvolver as nossas capacidades de expressão e comunicação, transmitindo aos outros com criatividade esse saber.

Trata-se de compreender o património cultural em toda a sua extensão, integrar os valores que ele encerra e perceber a necessidade da sua protecção.

A metodologia que adoptámos permite deste modo ao aluno desenvolver o estudo e a investigação a partir dos bens culturais, entender a necessidade e o dever da sua protecção e contribuir para a difusão e a promoção do Património Cultural.

### III- O NÚCLEO MUSEOLÓGICO DA ESCOLA DR. ANTÓNIO AUGUSTO LOURO

Está, infelizmente, pouco enraizado no meio escolar português o hábito da utilização dos recursos museológicos como meio e forma de aprendizagem. Não nos referimos tanto a utilização que as escolas vão fazendo dos museus existentes, mas à implantação de unidades museológicas no território escolar como

equipamento necessário à aprendizagem, a par de outros: Bibliotecas, Centros de Documentação, Videotecas, Ludotecas...

A Escola do Vale da Romeira adoptou no início da década de 90, do século passado, como patrono o Dr. António Augusto Louro. Ainda que natural da vila de Sabugal, instalou-se no Seixal no final do século XIX como farmacêutico e aqui desenvolveu uma actividade notável. Homem multifacetado, o Dr. Louro participou activamente na vida associativa local, tendo dinamizado grupos teatrais na Timbre Seixalense; esteve ligado à fundação dos primeiros jornais da nossa terra - "O Sul do Tejo" e "O Seixalense" e foi colaborador profícuo da imprensa republicana da capital; foi um paladino da instrução tendo colaborado na criação da "Escola Moderna", que ministrava ensino nocturno aos operários fabris do Seixal, redigindo cartilhas e manuais; foi um dos promotores de realização da primeira "Festa da Árvore" no nosso país, que teve lugar no Largo Luís de Camões em 26 de Maio de 1907; foi um propagandista da República e Carbonário activo, tendo fundado o Centro Republicano do Seixal que atraía regularmente os dirigentes do Partido Republicano à nossa vila, para a propaganda de ideias da República em plena Monarquia. Tratou-se, pois, de um cidadão na acepção plena do termo, que se preocupa até à sua morte, em 1949, com a melhoria das condições de vida dos seus contemporâneos, tendo como valores inabaláveis da sua acção a *cultura* como garante da *liberdade*.

Eis porque o escolhemos para patrono da Escola. E desde logo houve a preocupação de recolher todos os elementos materiais e testemunhais ligados à sua vida, para poder estabelecer uma biografia que perpetuasse a sua memória e fosse exemplo para a comunidade escolar.



As pesquisas então efectuadas permitiram recolher um espólio importante ligado à vida e obra do Dr. António Louro e contactar amigos ainda vivos e familiares que, por sua vez, cederam outras peças que lhes diziam respeito.

Uma vez de posse de tal acervo resolveu a escola transformá-lo em Museu. Encetaram-se, então, as tarefas que incumbem ao processo museológico: após a recolha, procedeu-se à limpeza e conservação das peças o que implicou, nalguns casos operações de restauro: ao seu estudo e à investigação complementar em bibliotecas e arquivos; à sua inventariação e catalogação e, finalmente, à sua exposição.

Inicialmente organizaram-se exposições temporárias e temáticas e, em 24 de Junho de 2001, foi oficialmente inaugurado o Núcleo Museológico da Escola.

Hoje o NMEAAL Integra mais de duzentos espécimes, sobretudo de cariz documental - manuscritos e impressos, nomeadamente, a obra jornalística e os livros publicados pelo Dr. A. Louro, diversas fotografias de acontecimentos políticos e culturais do início do século XX, no Seixal - mas igualmente de outros objectos ligados à vida e obra do patrono.

Tal espólio tem servido para a dinamização das actividades curriculares e extracurriculares, na escola, e para trabalhos de investigação de docentes. Nele se têm centrado também os temas de estudo de professores estagiários, da disciplina de História.

Paralelamente, os responsáveis do Núcleo Museológico da Escola Dr. António Augusto Louro promovem exposições temporárias e a produção de materiais didácticos destinados ao uso na sala de aula.

Deste modo o Núcleo Museológico é um dinamizador das aprendizagens em várias disciplinas (e, muitas vezes de carácter interdisciplinar) de que é justo salientar as solicitações e os contributos da Língua Portuguesa, da História, de Ciências da Natureza, de Educação Musical, da Química, ou das Artes Visuais, sem esquecer a Educação Cívica. Os trabalhos de qualidade produzidos por alunos e professores passam a integrar o espólio do Núcleo e são objecto de exposição temporária ou estão inseridos na exposição de longa duração.

Igualmente, tem o Núcleo cedido peças do seu acervo para exposições em outros museus. É o caso do Museu da República e Resistência e do Museu Maçónico, ambos em Lisboa.

Assim, o Núcleo Museológico da Escola Dr. António Augusto Louro é um serviço da Escola um prestador de serviços à escola e comunidade.

Agradecimentos: A realização deste trabalho só foi possível graças à dedicação e à competência das funcionárias do Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal, as sras. Fernanda Machado e Dulce Ferreira, que nos auxiliaram na pesquisa de fontes documentais no C.D.I.

O apoio do colega José Polónio foi igualmente inestimável, na área de informática. As sugestões, o estímulo e o apoio constante da colega Isabel Arina em muito contribuíram para a concretização deste projecto, com a qualidade que quisemos que ele tivesse. A todos o nosso grande e sentido agradecimento.

Os autores

## Bibliografia

BABELON, J-P; CHASTEL, A. - La notion de Patrimoine, Liana Levi, Paris, 1994

CIOFFI, Antonio -Educazione e Beni Culturali, Arte Tipográfica, Nápoles, 2003.

CATARINO, P. e RODRIGUES, P. - A Pesca e as Secas de Bacalhau de Seixal. Projecto de Educação Patrimonial CM. Seixal - Ecomuseu, 2003.

HORTA, M. L. e outros - Guia Básico de Educação Patrimonial IPHAN, Brasília, 1999.

AA.W. -António Augusto Louro e a Educação Cívica „ Escola E.B. 2,3 A.A. Louro, Seixal, 2002.

NABAIS, António - História do Concelho do Seixal I- Cronologia. CM. Seixal, 1983.

NABAIS, António - História do Concelho do Seixal - Barcos , CM. Seixal, 2ºed. 1989.

O Seixalense - Semanário Político, Literário e Noticioso, Nºs 1 a 6, Seixal, 1902 Lei nº107/2001 - Diário da República, 1ª série nº209 de 8 de Setembro de 2001

